



SERIDÓ NORTE-RIO-GRANDENSE: REESTRUTURAÇÃO E PLANEJAMENTO REGIONAL

Ione Rodrigues Diniz Morais¹

I. Introdução

A trajetória da Região do Seridó norte-rio-grandense, no século XX, revelou a travessia sobre uma *topografia acidentada*, ora por percursos em aclave, ora por caminhos declivosos. Nos interstícios das declividades, foi gestada a reestruturação sócio-espacial e produtiva que redefiniu o padrão populacional, de preponderantemente rural a hegemonicamente urbano, e os caracteres da economia, de predominantemente agrários a prevalentemente terciários, delineando um novo perfil regional.

Entendida como um processo que “implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança”², a reestruturação regional foi implementada entrelaçando os fios da tradição e da modernização, conectando dispositivos de preservação e reinvenção, rebuscando e ressignificando símbolos, práticas, discursos e vivências.

Nas reentrâncias deste processo, a sociedade buscou reconstruir seus próprios caminhos. Palmilhando sobre *pedras e cascalhos*, conseguiu abrir veredas e vislumbrar horizontes; um outro amanhecer regional sob os auspícios de um processo de planejamento norteado pela metodologia do desenvolvimento sustentável que levou em conta sua problemática social, política, econômica e ambiental.

Neste sentido, objetiva-se com este trabalho analisar a reestruturação sócio-espacial e produtiva implementada na Região do Seridó, no âmbito da qual desencadeou-se o processo de planejamento regional que culminou com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó – PDSS, entre os anos de 1999 e 2000.

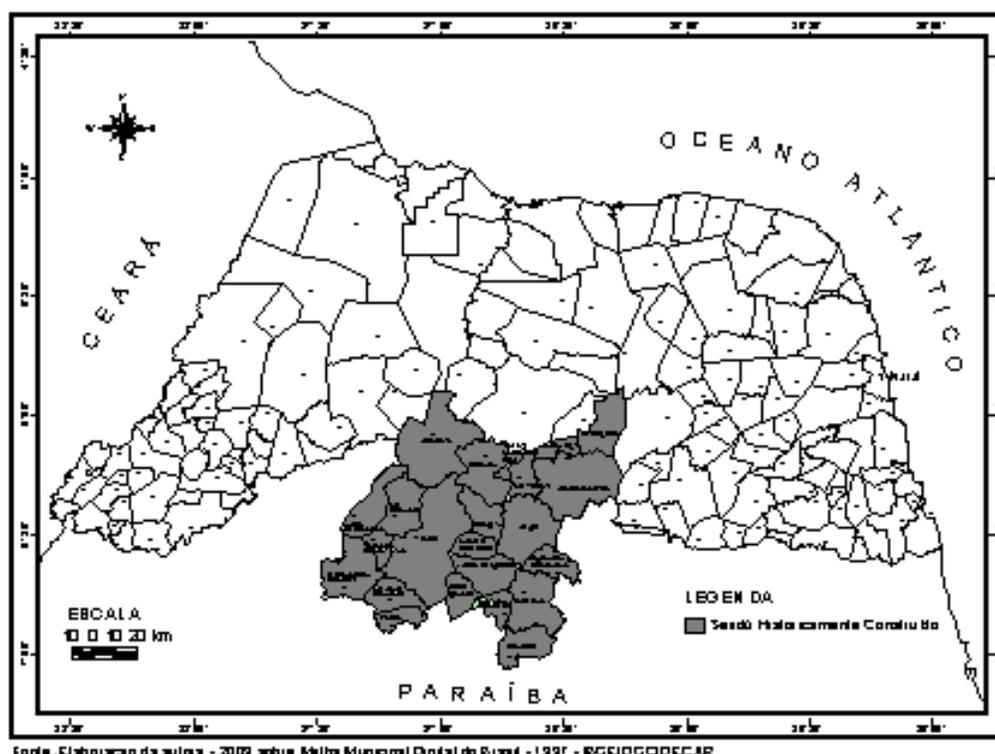
¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte: ione@seol.com.br

² SOJA, Edward. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica, p. 194.

II. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

O Seridó localiza-se na porção centro-meridional do Rio Grande do Norte, abrangendo uma superfície de 9.122,789 km², ou seja, 17,27% do total da superfície do estado³. Sua cartografia regional, historicamente construída, atualmente comporta os territórios dos 23 municípios que, direta ou indiretamente, desmembraram-se de Caicó, primeira municipalidade a se constituir nestas plagas (MAPA 01). Conforme o Censo Demográfico 2000, possui 263.336 habitantes, dos quais 194.206 são residentes urbanos e 69.130 são moradores rurais, correspondendo a 9,48% da população do estado. Embora apresente elevado grau de urbanização (73,75%), é reconhecível a predominância de pequenas cidades e a concentração populacional nos dois principais núcleos, Caicó (50.624 habitantes) e Currais Novos (35.529 residentes), que abrigam, respectivamente, 26,06% e 18,29% da população urbana regional.

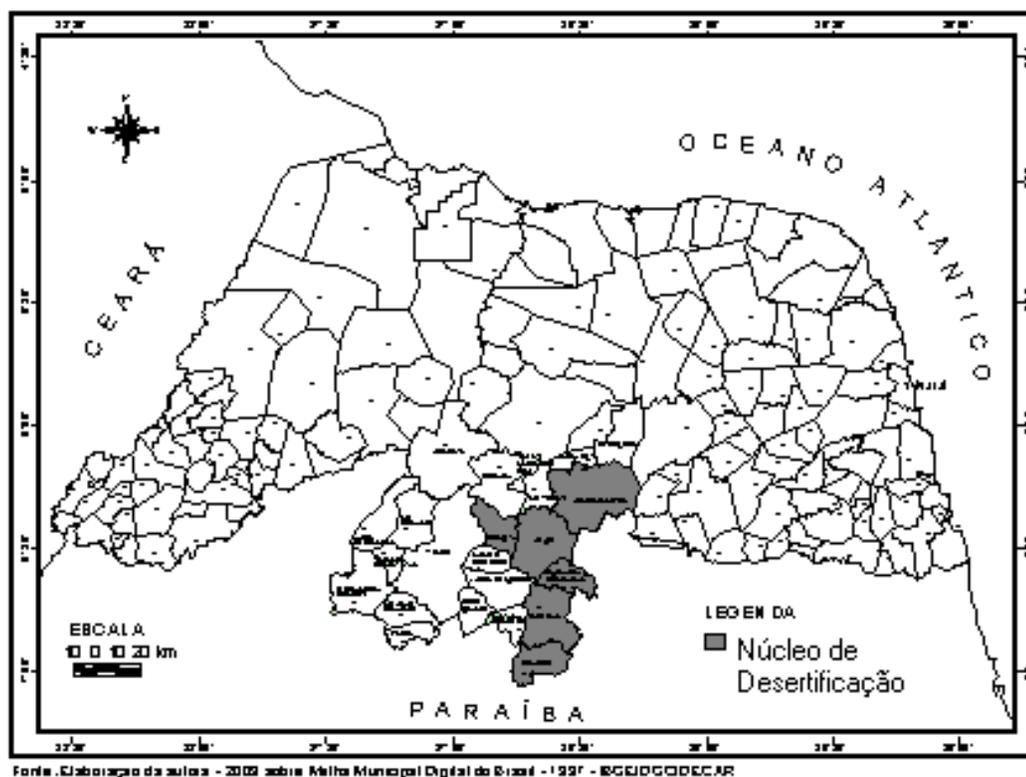
MAPA 01 – Seridó Norte-rio-grandense



³ IBGE. Resolução n. 5, de 10 de outubro de 2002. Área territorial oficial: Rio Grande do Norte – 52.796,791 km².

Em decorrência de sua localização geográfica, o Seridó resguarda na paisagem as marcas da semi-aridez, sobressaindo a vegetação de caatinga, os solos pedregosos e os rios temporários. É importante ressaltar que a região aparece no Mapa de Ocorrência de Desertificação que consta do Plano Nacional de Combate à Desertificação como uma área de *degradação muito grave*, inclusive com a fração representada pelos municípios de Currais Novos, Acari, Cruzeta, Carnaúba dos Dantas, Parelhas e Equador, identificada como um núcleo de desertificação (MAPA 02).

MAPA 02 – Núcleo de Desertificação do Seridó



III. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A Região do Seridó, nos seis primeiros decênios do século XX, apresentou uma tendência ascendente em termos econômicos e políticos que teve entre os anos de 1940 e 1970, o auge da projeção regional tendo como base da economia o tripé algodão-pecuária-mineração. Todavia, esse percurso não se cumpriu sobre *terreno aplainado*. Por se constituir uma produção baseada no fornecimento de matéria-prima para exportação, a economia regional enfrentou percalços impetrados pelo mercado internacional e nacional.

No Seridó, enquanto o gado foi elemento fundamental à ocupação e aos alicerces da estrutura espacial, o algodão foi fator de consolidação desse processo inicial, extremamente eficiente no fortalecimento da construção do espaço enquanto região. Desenvolvida no espaço da fazenda como atividade complementar à pecuária, a cotonicultura compôs a base da economia regional através do binômio gado-algodão. A excepcional qualidade de sua fibra, o fez reconhecido internacionalmente, de modo que o *algodão mocó* foi mais que o principal produto da economia, foi o aporte da discursividade e das práticas políticas, símbolo da riqueza e da prosperidade regional.

As implicações da cotonicultura sobre a vida seridoense foram notáveis, vindo a se manifestar também em termos de estruturação espacial. Nesse período, a vida urbana regional adquiriu certa vitalidade com a instalação das usinas de beneficiamento de algodão e de fábricas para industrialização de seus derivados.

Principal responsável pela circulação de capital na região, o algodão foi fator decisivo para a dinamização e ampliação do setor terciário das cidades, principalmente dos centros regionais Caicó e Currais Novos, para o incremento das feiras semanais e para as melhorias em termos de infra-estrutura urbana. Neste aspecto destaca-se a instalação de instituições públicas e privadas para fins de prestação de serviços à comunidade; construção e asfaltamento de estradas como forma de interligar as áreas produtoras e facilitar o escoamento da produção; instalação do sistema de telefonia fundamental à articulação como o mercado consumidor e implantação de órgãos de pesquisa dedicados a estudos e experimentos relativos ao algodão, principalmente.

Nessa fase em que a cotonicultura usufruía indiscutível destaque, a base econômica da região fundamentava-se no tripé composto também pelas atividades mineira e pecuarista.

A exploração de minérios no Seridó determinou um novo impulso à economia regional ao inserir o tungstênio na relação dos produtos exportáveis. Neste contexto, a produção de scheelita em Currais Novos, não só colocou este município em posição de primazia (quase totalidade do mineral produzido e exportado no país) como elevou o Rio Grande do Norte ao patamar de detentor das maiores reservas e de maior produtor brasileiro⁴.

Os sinais de prosperidade desta atividade transpareceram, principalmente, na sede do mencionado município, através da infra-estrutura implantada para atender ao seu novo

⁴ ALVES, Jefferson Fernandes. **O cult(iv)o das pedras pesadas**, um estudo do modelo extrativo-industrial da scheelita em Currais Novos, p.13, 15.

perfil econômico. Currais Novos, *terra da scheelita*, passou a ser sua adjectivação. No município localizava-se a Mina Brejuí, de Tomás Salustino, a maior do Brasil.

A mineração fez reluzir na paisagem citadina o esplendor de sua magnitude entre outras maneiras, através das ações de Tomás Salustino. Este construiu às suas expensas várias obras sociais na Cidade de Currais Novos, das quais destacam-se o prédio da Agência do Banco do Brasil (1953), Cine-Teatro Desembargador Salustino (1953-54), Hotel Tungstênio (1954), Pista de Pouso (1954), Centro de Puericultura (1957) e a Rádio Brejuí (1959). Em sua propriedade mineira construiu uma vila operária que junto com a unidade produtiva conformou o Complexo da Mina Brejuí.

O desenvolvimento impulsionado pela mineração foi extremamente eficaz no sentido de absorver mão-de-obra; propiciar a disseminação de outras atividades industriais e ampliar expressivamente o setor terciário.

Não obstante o fato de que a cotonicultura e a mineração tenham assumido o papel de principais alavancas do desenvolvimento regional no período de 1940 a 1970, faz-se mister reconhecer a situação da pecuária neste cenário.

Apesar de ter sido colocada em um papel secundário na economia do estado e da região, algodão e criação de gado eram atividades consorciadas que se desenvolviam em caráter complementar. Assim, embora ofuscada pela dinâmica algodoeira, de fato a pecuária dela constituía uma parte fundamental. Em 1970, o Seridó desfrutava a primazia em termos de rebanho potiguar.

Na travessia desta fase de auge, sem desvencilhar-se de sua base econômica agrária, os caminhos do desenvolvimento regional começaram a passar pelas trilhas da cidade. O processo de configuração do urbano que havia se esboçado lentamente desde o final do século XIX adquiriu um movimento mais célere, realçando nas cidades já existentes os contornos de urbanidade e imprimindo aos novos lugares as funções de núcleos de prestação de serviços, em sintonia com as políticas públicas em voga no cenário nacional. Neste período, a espacialização do processo de desenvolvimento também evidenciou-se na reorganização do território seridoense através da criação de 14 novos municípios.

As políticas voltadas para a implantação da infra-estrutura urbana, basicamente nos segmentos de educação e saúde, aliavam-se às perspectivas de trabalho que surgiam nas usinas de beneficiamento, nas minas, no comércio e nos serviços públicos, conferindo certa atratividade ao viver nas cidades.

Todavia, a promissora trajetória econômica do Seridó foi interrompida, nos anos de 1970, fazendo a região emergir em uma tendência a declividade. Neste decênio foi

deflagrada a derrocada da cotonicultura que, em consequência do princípio de complementaridade também afetou a rentabilidade da pecuária. Esta crise se fez diferente de outros momentos críticos vivenciados pela cotonicultura por ter sido indutora de um declínio que tem se configurado irreversível.

Os fatores que explicam a decadência do algodão remetem a falta de competitividade do produto no mercado em função do baixo nível técnico de produção, baixa produtividade, alto custo de produção, difícil acesso a linhas oficiais de crédito, juros elevados, preços pouco compensadores no mercado e a estrutura produtiva regional, marcada pela tradição. Acrescenta-se ainda a modernização e a desconcentração geográfica da indústria têxtil paulista; os melhoramentos em termos de fibra e de produtividade do algodão herbáceo; o surgimento e proliferação do bicudo do algodoeiro.

As consequências desta crise aceleraram e ensejaram mudanças significativas na estrutura regional do Seridó em termos de economia, política, dinâmica demográfica, urbanização, dentre outros. O binômio gado-algodão se desfez ante a sua deflagração. A repercussão logo se fez sentir na estrutura do rural e do urbano, através do crescente número de pessoas que, carregando muito pouco, se arvoraram pelas estradas para tentar a sorte na cidade, personagens típicos do êxodo rural. Eram tempos difíceis, caminhos tortuosos, horizontes longínquos, quase indecifráveis. De certeza quase nada, apenas o rumo da cidade, onde as *cercas* não tinham a mesma visibilidade que as existentes na fazenda e as promessas de governantes ainda alimentavam os espíritos de esperanças.

As justificativas ou fatores da crise disseram muito pouco aos que efetivamente plantavam algodão, em geral pequenos proprietários, meeiros ou parceiros com baixo nível de instrução. O que de real se transfigurou para estes foi a face mais cruel da crise, manifestada na falta de *lugar* para morar, alimento para comer e perspectiva de viver.

No campo, a criação de gado e a ampliação dos espaços para o cultivo de pastagens demonstraram a opção do proprietário rural pela manutenção de uma forma de vivência já conhecida. Nesta fase, as fazendas foram sendo marcadas pelo esvaziamento humano e, em muitos casos, pela debilidade econômica.

Nas cidades, as vivências, os desafios e os problemas eram justamente com o inusitado crescimento, principalmente de suas áreas periféricas. Em decorrência, novos espaços foram ocupados, aumentando a demanda por trabalho, habitação, saúde e educação e pela ampliação da infra-estrutura urbana. O mercado de trabalho, insuficiente para absorver essa oferta de mão-de-obra, deu margem à proliferação do setor informal.

Nesse contexto em que a derrocada do algodão apontava para uma trajetória de declive, a sociedade regional foi sobressaltada, na década de 1980, pela crise da atividade mineira, cuja produção também era direcionada para o mercado externo.

No decurso de 40 anos, a produção e os preços da scheelita foram freqüentemente afetados pelas oscilações do mercado. A partir de 1983, a expressiva queda de preços do produto, associada a fatores como oferta de minério no mercado pela China, desenvolvimento técnico-científico, assimetria entre os baixos preços praticados no mercado internacional e os elevados custos de produção, entre outros, inviabilizaram a continuação de sua exploração no Seridó nos moldes em que era praticada. Também neste segmento não se restabeleceu um outro ciclo de prosperidade até os dias atuais.

As manifestações que a crise do minério assumiu se fizeram sentir através da elevação significativa das taxas de desemprego, queda na arrecadação de impostos, redução de investimentos no setor social, migração, dentre outros.

O colapso da atividade *per si* foi um fato de grande repercussão para a economia do Rio Grande do Norte, mas assumiu um perfil ainda mais grave para o Seridó, aguçando o cenário de declive.

Considerando que a economia regional fundamentava-se no tripé algodão-pecuária-mineração, a deflagração das crises cotonicultora e mineira fez ruir os seus pilares de sustentação, levando a desarticulação da base produtiva.

Neste sentido, embora cumprissem trajetórias próprias, estas as crises desaguavam em um curso comum, no que se refere às seqüelas para a sociedade. O emaranhado de suas conseqüências extrapolou a dimensão meramente econômica difundindo-se pelo tecido social. Abruptamente embalada em uma situação declinante, a economia regional constituiu-se fator decisivo para a intensificação da migração rural-urbana. Nas reentrâncias deste processo, ensejou-se a reestruturação regional redefinidora dos padrões demográfico e econômico do Seridó.

IV. REESTRUTURAÇÃO REGIONAL

A. DIMENSÃO SÓCIO-ESPACIAL

A dimensão sócio-espacial do processo de reestruturação regional pode ser apreendida, entre outros vieses, pela sua dinâmica demográfica. Entre 1970-2000, o padrão

de comportamento populacional se caracterizou pela consolidação da tendência de fluxos de pessoas rumo à cidade (TAB. 1). Não obstante o reconhecimento de que esta propensão já havia sido delineada em décadas anteriores, nesta fase, a migração rural-urbana esteve relacionada, entre outros fatores, ao ambiente de crise regional.

TABELA 1 - Evolução Demográfica do Rio Grande do Norte e do Seridó
1970 – 2000

ANOS	RIO GRANDE DO NORTE			SERIDO		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1970	1 550 244	737 368	812 876	188 699	82 229	106 470
1980	1 898 172	1 115 158	783 014	211 788	115 888	95 900
1991	2 415 567	1 669 267	746 300	243 967	164 403	79 564
2000	2 776 782	2 036 673	740 109	263 336	194 206	69 130

FONTE: IBGE. **Censo demográfico do Rio Grande do Norte**, p. 274-357.

IBGE. **IX Recenseamento geral do Brasil – 1980**: censo demográfico: dados distritais - Rio Grande do Norte, p. 50-124.

IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico – 1991**. Rio Grande do Norte, p. 1-67.

IBGE. **Censo demográfico – 2000** : características da população e dos domicílios, p. 269-271.

No intervalo 1970-2000, enquanto o estado obteve uma taxa de crescimento da população total de 79,12%, a região registrou um incremento da ordem de 39,55%, mantendo a tendência a desaceleração que se delineara em censos anteriores.

Considerando a dinâmica da população rural constata-se a intensificação da tendência a decréscimo. Em 1970, sua participação no total do contingente regional foi de 56,42% restringindo-se a 26,25% em 2000. No estado, verificou-se a mesma propensão.

Em contrapartida, o padrão de comportamento da população urbana regional mostrou-se sempre crescente, assumindo maior representatividade em termos absolutos nas últimas décadas. A participação do contingente urbano no conjunto de habitantes revelou uma escala ascendente que demarcou o Censo de 1980 como aquele em que a população urbana passou a ser majoritária. Em 1970, este segmento correspondeu a 43,58% do total atingindo, em 2000, o índice de 73,75%. No Rio Grande do Norte a taxa de urbanização atingiu o índice de 47,57%, em 1970, passando a 73,35% em 2000.

Em 2000, dos 23 municípios que conformavam o cenário regional, 18 apresentaram população urbana superior à rural. Destes, 13 possuíam taxas de urbanização acima de 70% e cinco entre 50% e 70%.

Embora a desaceleração do ritmo de crescimento da população seridoense possa ser articulada a processos de abrangência nacional, reconhece-se a ocorrência de especificidades regionais/locais que incidiram sobre a mesma, como o fenômeno da seca e

as crises econômicas. Entretanto, estes não são acontecimentos inusitados e/ou recentes. As implicações sociais herdadas de épocas anteriores é que se configuraram com maior nitidez sob a dinâmica populacional neste período.

Deste modo, no Seridó, a configuração de um padrão demográfico predominantemente urbano foi tecida no âmbito da mobilidade populacional, na qual migrar do campo para a cidade mais próxima, o centro regional, a capital do estado ou arriscar em outros territórios não se afigurou senão como a escolha possível dentre a falta de opção.

Assim, as últimas décadas do século XX assinalaram a transição do Seridó de um perfil demográfico rural para preponderantemente urbano. Considerando que o setor primário abalado pelas crises não conseguiu recuperar a outrora dinamicidade apresentada e que o setor industrial, mesmo tendo crescido, mostrou-se tímido, foi com base no terciário que a economia regional se reestruturou, imprimindo às cidades a função de centros prestadores de serviços.

Neste cenário, a atuação da representação política regional foi fundamental no sentido de viabilizar ações que redundassem na infra-estruturação das cidades nos setores de educação, saúde, saneamento básico, telecomunicações, pavimentação de logradouros, moradia (conjuntos habitacionais), esporte, lazer, entre outros.

Não obstante a implementação dessas políticas públicas, intensificadas no limiar dos anos de 1980⁵, o urbano seridoense se explicitou a partir da configuração de dois centros de influência regional (Caicó e Currais Novos) e de 21 pequeninas cidades⁶ das quais nove possuem uma população entre 1.000 e 3.000 habitantes e apenas duas superam os 10.000 moradores.

Deste modo, no decorrer da reorganização do espaço seridoense delineou-se o processo de urbanização, entendido como derivado da “reestruturação das relações entre o campo e a cidade”, cuja apreensão requer sua análise “em uma perspectiva histórica, espacializada e em uma concepção metodológica integrativa da economia rural e urbana” (CANO, 1985 apud CLEMENTINO, 1995, p. 20).

⁵ Inclusive com a inclusão de Caicó e Currais Novos no Programa para as Cidades de Porte Médio. Cf. MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Desvendando a cidade** : Caicó em sua dinâmica espacial. Brasília : Senado Federal, p. 160-161.

⁶ Mesmo que seja discutível a identificação de determinados núcleos como cidades, que no dizer de VEIGA (2002, p. 31-33) correspondem a “cidades imaginárias” por não possuírem características demográficas e funcionais do fenômeno urbano; no Brasil, toda sede de município (cidade) ou distrito (vila) é considerada urbana.

Manifesta em um quadro de debilidade dos setores agropecuário e industrial, a urbanização regional apresentou uma nítida tendência à terciarização da economia que, no dizer de Oliveira (1980, p 151), decorre da posição assumida pelo setor terciário na composição da renda interna e de sua participação no emprego total.

Portanto, o processo em pauta corresponde à urbanização típica de áreas subdesenvolvidas, onde não houve uma transição da população do setor primário para o secundário e posteriormente para o terciário, e a oferta de empregos urbanos é sempre inferior à demanda. Nos moldes em que se efetivou no Seridó, adequa-se ao que Santos (1989, p. 25) classificou como uma “urbanização [que] se fez de maneira diferente e tem um conteúdo também diferente” sendo por ele identificada como “*urbanização terciária*”.

B. DIMENSÃO ECONÔMICA

Neste cenário de reestruturação em que o Seridó teve alterado o seu perfil sócio-econômico, passando de agrário/rural para terciário/urbano, a análise pressupõe investir-se de certa cautela a respeito da compreensão da dinâmica econômica regional, tomando por base que “a realidade econômica é uma imbricação de mercados locais concretos encaixados em territórios, histórias e memórias. [...]. De modo geral, a vida econômica real tira sua vitalidade de uma grande diversidade de práticas que a teoria econômica tende a ignorar”⁷.

A premissa se faz pertinente tendo em vista a especificidade que envolve a economia regional. As buscas por estratégias que minimizassem ou solucionassem os efeitos das crises conduziram ao redimensionamento de atividades já existentes e ao surgimento de novos segmentos produtivos. Forjou-se um novo ambiente econômico no qual passaram a coexistir atividades tradicionais e recentes que, através do estabelecimento de cadeias produtivas, integraram as economias rural e urbana. A emergência desse novo arranjo produtivo propiciou a rearticulação do território através de novas relações campo-cidade e cidades-região.

No Seridó, o segmento que mais se ampliou foi o terciário a partir, principalmente do comércio, com destaque para os pequenos negócios urbanos; os serviços sociais na esfera da saúde, educação e administração pública, com expressiva relevância em termos de geração de emprego e renda; e os serviços pessoais correspondentes a hotelaria,

⁷ ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**, p. 78.

alimentação, higiene pessoal, cultura e diversão, que apesar da expansão ainda demonstra insuficiências.

Dada a significativa participação dos serviços públicos no âmbito do terciário, deduz-se que parcela substancial da massa de capital circulante na região tem sua origem nos salários, pensões e aposentadorias pagas à população. Juntamente com o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, essa massa salarial constitui, para muitas municipalidades, as fontes de renda com que se mantêm, precariamente. O Grau de Dependência dos Municípios relativo a 2001, aferido com base na participação do FPM na receita total, demonstra que dos 23 municípios do Seridó 16 apresentaram grau de dependência superior a 40%, dentre estes destaca-se Ipueira (78,71%).

Com relação ao terciário, setor que passou a ser hegemônico, torna-se importante considerar sua implantação e/ou expansão em consonância com a infra-estruturação urbana necessária ao atendimento das demandas provenientes da realidade regional assinalada pelo processo de urbanização.

As informações coletadas nos Censos Econômicos do IBGE e na Secretaria de Tributação do Estado ressaltaram a importância do segmento do comércio no ambiente econômico regional, registrando uma considerável ampliação entre 1975-2003, passando de 1.142 estabelecimentos para 2.716, registrando um índice de crescimento da ordem de 137,83%. Dos estabelecimentos cadastrados em 2003, 94,81% era do ramo varejista.

O elevado aumento no número de estabelecimentos comerciais no Seridó, se por um lado fomentou euforia pela sua representatividade, por outro induziu a pensar sobre o que se esconde atrás dos números. Estando atrelado aos pequenos negócios, essa expansão se dá em meio a redução das atividades industriais e enfraquecimento da agropecuária, de modo que *abrir uma casa comercial* tornou-se uma das poucas alternativas para muitos.

No Seridó, inegavelmente houve um avanço do comércio, em termos quantitativos e qualitativos, apesar deste último aspecto ter sido mais visível nos centros urbanos maiores. Nestes, a expansão foi acompanhada pela diversificação dos ramos de atividade e especialização dos estabelecimentos.

As inovações no setor encontram-se em processo de incorporação à forma recorrente de comercializar que impera na região, sendo ainda visível a composição entre formas espaciais antigas e modernas na fachada de lojas, assim como a coexistência de práticas inovadoras e arcaicas que se expressam na relação comercial mediatizada pelo computador, cujo pagamento *a posteriori* implica na anotação da venda em cadernos e/ou fichas.

Construído nessa composição entre o velho e o novo, o setor comercial também se ampliou nos entremeios da informalidade, adquirindo visibilidade através dos camelôs que ocupam a área central das principais cidades e dos barracos e *trailers* que se difundiram no tecido urbano regional.

Considerando o ambiente econômico regional, pode-se avaliar a importância do comércio a partir da arrecadação de impostos que dele se originou. Segundo informações da Secretaria de Tributação do Estado, em 2003, o comércio foi o segmento que mais arrecadou no Seridó, sendo responsável por 69,87% do total arrecadado⁸. Deste, o segmento varejista participou com 63,83% e o atacadista com 36,17%.

No rastro de expansão do setor terciário, além do comércio foi marcante o crescimento dos serviços sociais e, nestes, dos segmentos de Educação e Saúde. Implementados na esteira das políticas públicas voltadas para a infra-estruturação urbana, estes segmentos, contribuíram decisivamente para que os municípios da região obtivessem IDH-M representativos no âmbito do estado.

Embora reconhecendo que o comércio, a educação, a saúde e a administração pública foram os segmentos que detiveram crescimento expressivo, também na agropecuária e na indústria alguns ramos mostraram-se relevantes, quanto à produção obtida e à geração de emprego/trabalho e renda.

No que concerne à agricultura seridoense vale ressaltar que esta enfrenta uma série de obstáculos ao seu desenvolvimento que dizem respeito à esfera das condições ambientais, pequena extensão de terras agricultáveis e estiagens cíclicas, e das condições técnicas, visto que, há dificuldades para aquisição de equipamentos e máquinas em função da descapitalização dos que se envolvem com este tipo de atividade rural. O elenco dos principais produtos agrícolas – mandioca, milho e feijão - indica que a sociedade regional mantém o caráter de subsistência como um traço característico da atividade.

Foge a este escopo a produção de algumas frutíferas como goiaba, manga, pinha, graviola, jaca e caju, desenvolvidas em caráter comercial, basicamente na Serra de Santana. Neste íterim se destaca a produção de castanha de caju, em que o Município de Lagoa Nova produziu 2.640 toneladas, em 2000, e o de Cerro Corá, 1.058 toneladas. A produção de frutas em caráter comercial despontou como o ingrediente novo no universo agrícola da região.

⁸ Arrecadação do setor comercial do Seridó, em 2003: Total (R\$ 16.854.443,00), Varejista (R\$ 10.757.792,00) e Atacadista (R\$ 6.096.651,00).

A cajucultura mostra-se relevante pela sua capacidade de articular os setores primário, secundário e terciário em função da cadeia produtiva que estabelece. A castanha de caju, economicamente mais rentável que o pedúnculo, tornou-se um produto de grande interesse e valor comercial. Já a produção de suco, a partir do beneficiamento do pedúnculo do caju, revelou-se uma nova oportunidade para os produtores seridoenses.

Um outro produto que se sobressaiu, inclusive sendo responsável pela maior produção agrícola do Seridó em 2000, foi a mandioca. Das 12.270 toneladas de mandioca do Seridó, 96,98% foram produzidas nos municípios serranos⁹. Esta cultura insere-se no âmbito dos gêneros que articulam produção, beneficiamento e comercialização.

Com relação à pecuária, constata-se que, do antigo tripé que projetou a região no cenário estadual e nacional, foi a única atividade que se manteve produtiva, inclusive sendo alvo de inovações técnicas. Sua relevância no tecido econômico regional é resguardada basicamente por três aspectos: primeiro, por estar entre os principais segmentos da economia rural; segundo, por ser responsável por um importante veio da cadeia produtiva da região, articulador das relações campo-cidade e dos setores primário, secundário e terciário; e terceiro, pela dimensão simbólica que a envolve, pelo que representa no imaginário coletivo, compondo traços da identidade regional.

A pecuária insere-se no segmento das atividades tradicionais, às quais foram incorporados novos saberes e práticas que resultaram no seu redimensionamento. Sob esta ótica apreende-se o significado do expressivo crescimento da caprino-ovinocultura e as perspectivas que se delinearam para a produção bovina.

Na trajetória regional, a bovinocultura ostentou e ostenta posição singular no que se refere aos produtos que dela provêm, impregnados por uma dizibilidade que enaltece o seu diferencial qualitativo. Esse discurso sobre a região é portador de um poderoso conteúdo simbólico que se disseminou a partir da imagem do Seridó como celeiro de produtos inigualáveis como, por exemplo, a melhor carne-de-sol do Sertão. Além desta, outros produtos que têm o leite em sua composição são ditos e reconhecidos como os melhores: a manteiga-da-terra ou do sertão, o queijo-de-coalho, o queijo-de-manteiga, e ainda, doces, biscoitos, bolos e outras iguarias sertanejas.

Em meio às turbulências de um ambiente econômico em crise, a bovinocultura foi gradativamente sendo aprimorada a partir do melhoramento genético do rebanho, impulsionado por diretrizes governamentais. Articulando políticas públicas de cunho social e

⁹ Principais produtores regionais de mandioca em 2000: Lagoa Nova (4.000), Cerro Corá (3.000), Florânia (2.500), São Vicente (1.500) e Tenente Laurentino (900).

econômico, em 1995, o Governo do Estado criou um mercado institucional para a produção de leite, com a dupla finalidade de atender a uma demanda da camada mais carente da sociedade e estimular a economia seridoense. Neste ínterim, o Seridó se constituiu a segunda bacia leiteira do estado e a bovinocultura de leite a atividade econômica de maior expressão no setor agropecuarista regional¹⁰. Apesar do *Programa do Leite* representar uma importante contribuição à economia seridoense, reconhece-se a vulnerabilidade desse segmento do mercado, tendo em vista aportar-se em políticas governamentais e por isso não oferecem segurança de continuidade.

No esteio do crescimento da produção leiteira seridoense, expandiu-se a fabricação de produtos derivados (ricota, iogurte, leite pasteurizado, dentre outros), via aprimoramento tecnológico e implementação de uma cadeia produtiva geradora de fluxos de pessoas e mercadorias que interligam o campo e a cidade e as cidades da região. Diariamente o leite é transportado até as cidades para revenda *in natura*, sendo a parte mais significativa desta produção vendida às cooperativas localizadas em Caicó e Currais Novos, que detém unidades de beneficiamento.

Um outro aspecto a ser ressaltado se refere à inovação na esfera comercial, em que passou a receber tratamento especial o acondicionamento ou embalagem dos produtos e o *marketing* em torno da famosa *marca Seridó* ou *marca Caicó* que os identifica como produto de qualidade. A força que se vislumbra na identidade do homem transcende para a nomeação das *coisas*, de forma que a *marca Seridó* é mais que um diferencial qualitativo dos produtos, é um patrimônio cultural¹¹ da sociedade regional.

Além da pecuária leiteira, o ambiente econômico rural do Seridó foi marcado pelo desenvolvimento da caprino-ovinocultura, cujo rebanho vem se tornando expressivo. A produção do leite-de-cabra também recebe estímulo de um programa estatal que visa a distribuição gratuita de leite para a população pobre.

Quanto ao setor industrial seridoense, observa-se que no decurso do tempo esteve sempre no limiar entre o artesanal e o fabril. A indústria que se soergueu das ruínas da crise se caracteriza pela presença de ramos tradicionais como o têxtil e o de produção de alimentos e pela predominância de estabelecimentos de pequeno porte. Entretanto, nestes

¹⁰ RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Planejamento e Finanças. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Seridó. **Plano de desenvolvimento sustentável do Seridó**: Diagnóstico, p. 135.

¹¹ PINSKY, Jaime. Ao patrimônio cultural, o devido valor. **O Estado de São Paulo**: “A maior diferença entre os demais animais e o ser humano está na capacidade que temos de produzir, acumular e transmitir cultura. E esse conjunto de dados, objetos, símbolos, crenças, manifestações que denominamos cultura vem compondo o patrimônio cultural da humanidade”.

segmentos existem atividades inovadoras como as bonelarias e a produção de biscoitos, bolachas, salgados, bolos, licores e outros gêneros alimentícios que têm sido fundamentais na composição da renda familiar. O quadro geral relativo a 2003 indica que o Seridó abrigava apenas 12,65% das 4.774 indústrias norte-rio-grandenses.

O setor têxtil incorporou novos equipamentos à fabricação de redes e panos de prato e teve na bonelaria uma promissora alternativa de produção. No segmento de transformação de produtos minerais não metálicos, o distintivo recaiu sobre a indústria ceramista, que se expandiu nos anos de 1990 quando a região vivenciou intensos períodos de seca e as atividades agropecuárias encontravam-se comprometidas. Em meio a um cenário de poucas perspectivas, essa indústria chega a ser para alguns municípios a principal atividade econômica.

De acordo com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/RN, em 1989, o estado possuía 82 cerâmicas em atividade, sendo dez localizadas na região seridoense (12,2%). Em 2001, existiam 159 “cerâmicas em atividade” no estado, das quais 79 situavam-se no Seridó (49,69%), gerando 2.612 empregos diretos. A taxa de crescimento das unidades fabris do setor no Rio Grande do Norte foi de 93,9%, enquanto na região foi de 690%.

Contudo, se por um lado esse tipo de atividade pode parecer promissora em termos de mercado de trabalho, por outro, descortina-se uma forte preocupação, tendo em vista que os problemas ambientais da região tem sido aguçados em decorrência da origem da matéria-prima – argila – e a rudimentar tecnologia de produção que utiliza a lenha como fonte de energia. Assim, afigura-se o dilema entre os dividendos sociais e os impactos ambientais causados pela atividade ceramista.

O terceiro segmento mais representativo da indústria do Seridó foi o de produção de alimentos. Neste universo, o pendor pela luta diária em função da sobrevivência resvalou em uma criatividade aguçada, de forma que o seridoense, misto de artesão/industrial, se mostrou industrioso no fabrico das *coisas* regionais. Neste ramo destacam-se os *bordados de Caicó*, cuja produção advém, em sua maior parte, de Timbaúba dos Batistas. Além deles, também merecem realce as peças de cerâmica, os produtos em palha, as guloseimas como licores, doces, salgados, bolos, biscoitos e bolachas, que fazem parte do artesanato regional. Essas iguarias da culinária sertaneja outrora confeccionadas nas fazendas, passaram a ser fabricadas nas cidades, constituindo-se indústrias caseiras com produção de caráter comercial.

Este esboço do setor industrial e artesanal do Seridó evidencia a coexistência de atividades novas e antigas, envolta em um cenário onde o crescimento não se traduziu em uma dinâmica forte o suficiente para devolver à região amplas perspectivas de prosperidade. O rasgo de dinamismo que se sobressai se materializa em pequenos negócios; muitos informalmente organizados e concentrados nas maiores cidades.

Nos processos que engendraram a reestruturação produtiva do Seridó, principalmente no que se refere aos setores agropecuarista e industrial, situam-se os *nós* explicativos do novo padrão de deslocamento da força de trabalho: da cidade para o campo. Não obstante a economia regional pautar-se no setor terciário/urbano, a emergência da cerâmica e da cajucultura, desenvolvidas principalmente na zona rural, como atividades com significativo potencial de mercado, representou uma fonte de trabalho tanto para a população do campo quanto para os cidadãos. Em muitos dos que, nos anos de 1950-1960, rumaram para as cidades, caminhando pelas estradas empoeiradas de onde se avistava a brancura do algodão, está a origem dos que hoje fazem o deslocamento pendular.

Por esta ótica, a economia que surge sob os escombros das crises é assinalada pela variedade de segmentos produtivos que resultam do aprimoramento e da inovação dos *fazeres*, com base na criatividade e na capacidade de reinvenção do seridoense.

A tentativa de compreender este processo de soerguimento da economia regional conduziu a busca de novos paradigmas que explicassem a textura econômica emergente neste ambiente de mudanças. A emblemática economia do algodão-pecuária-mineração foi substituída por uma economia diversificada que não se traduz por um símbolo ou arranjo simbólico, por se instituir sobre bases plurais. Sua compreensão encontra referências teóricas nas reflexões de Zaoual (2003, p. 62), que tratam de uma “nova economia da diversidade” em que assumem importância as “dimensões imateriais (culturas de pertencimento, sistemas de representação, relação, rede, normas, convenções, coordenação, coesão, criatividade, capacidade, aprendizagem organizacional, etc.) na vida das organizações e dos sistemas econômicos”.

Tendo em vista que o novo perfil econômico regional se conformou marcadamente diverso e plural, a partir de atividades e produtos perpassados de história, cultura, tradição, inovação, recriação e identidade, pode-se vislumbrar que sua essência constitutiva está impregnada de conteúdos imateriais.

Não obstante, é possível discernir no perfil econômico do Seridó a tendência à terciarização que se firmou em um específico contexto de urbanização, típico dos países subdesenvolvidos. Neste, o poder público atuou não somente como implementador de

serviços, mas também como empregador da mão-de-obra. No entremeio dessa atuação, as políticas públicas assumiram múltiplos papéis: atender as demandas sociais por determinados serviços, criar mercado de trabalho para uma significativa parcela da população e assegurar a reprodução da elite política regional/local, que se apresentava como intermediadora entre os interesses da população e o Estado.

A reestruturação desencadeada no Seridó propiciou a emergência de um novo enredo histórico no qual a sociedade converteu a sua identidade, em argamassa da estrutura regional. Nesta tessitura, a inventividade e a capacidade organizacional, traços da identidade seridoense, foram realçadas no âmbito das iniciativas que presidiram o processo de planejamento regional, desencadeado no ocaso do século XX.

IV. PLANEJAMENTO REGIONAL

O delineamento dos processos sócio-econômicos do Seridó, em tempos recentes, evidenciou as trilhas percorridas e as estratégias utilizadas pela sociedade na busca da superação das crises que solaparam sua base produtiva e afetaram também as instâncias social e política da região.

A vivência cidadina assinalada pela aglomeração e o singular sentido de pertencimento à terra fomentaram um espírito de luta canalizado para o enfrentamento das situações e problemas existentes. Investiu-se no capital social regional como forma de subsidiar as iniciativas que se configuraram.

No Seridó, o exercício da identidade regional, os processos de socialização, o fenômeno da associatividade, a solidariedade, a valorização da família e da educação presentes na noção de capital social, constituem elementos culturais que foram firmados e polidos ao longo do tempo, de modo a reluzirem no tecido social nos dias atuais.

Em função desta particularidade, em tempos recentes, o Seridó demonstrou sua capacidade organizacional tornando-se a primeira região do Rio Grande do Norte a ser alvo de uma política de planejamento .

O processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó - PDSS corresponde a uma das referências mais contundentes da capacidade de organização da sociedade regional. O panorama em que germinou a idéia de sua formulação, entre 1999 e 2000, foi marcado pela acentuação de problemas, com destaque para a escassez d'água.

Questões de ordem econômica, social e ambiental constavam da pauta de discussões de pessoas comuns e governantes em função da dimensão que assumiam.

Assim, a sociedade através de suas principais lideranças políticas, empresariais, sindicais e religiosas, sob a liderança destas últimas recorreram aos representantes do Estado, em suas diversas esferas, reivindicando soluções para os problemas existentes. Da associação de influências provenientes de uma conjuntura externa, onde se discutia pobreza e ambiente como facetas de um mesmo processo de degradação da vida humana e se colocava como paradigma alternativo o desenvolvimento sustentável à atuação local de um pequeno coro de vozes que *pregavam no deserto*, chegou-se a uma experiência pioneira e inovadora em termos de planejamento estratégico participativo.

O PDSS foi elaborado sob a coordenação de consultores do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. Contou com o envolvimento de representantes das várias instituições e organizações públicas e privadas da região em reuniões municipais, sub-regionais e regionais e nos seminários de divulgação. No decorrer deste processo foi fundamental a participação da sociedade na identificação dos problemas existentes, na indicação das possíveis soluções, no desvendamento das potencialidades e na delimitação dos cenários desejados, conteúdos informativos que serviram de subsídios à formulação do plano.

Essa experiência de planejamento descentralizado e participativo resultou na elaboração de um Plano de Desenvolvimento que consta de dois volumes. No primeiro, tem-se um diagnóstico da região através da caracterização das dimensões ambiental, tecnológica, econômica, sócio-cultural e política-institucional. Este meticuloso documento, além de uma análise consistente sobre a região, ainda identifica suas fragilidades e potencialidades. No segundo, são demonstrados estratégias, programas, projetos e sistema de gestão por dimensão, na perspectiva de apontar diretrizes que permitam a solução de problemas e/ou delimitação dos cenários desejados pela sociedade. Desta forma, o PDSS se propõe a ser um norteador das ações que conduzirão o processo de desenvolvimento regional a partir dos pressupostos da sustentabilidade.

Semeadas no contexto da reestruturação produtiva, as iniciativas que deflagraram o processo político que cercou toda a fase de elaboração e implementação do PDSS revelam especificidades de uma sociedade que, a despeito das crises, não perdeu o rumo, não ficou inerte. No dizer de Araújo (2000, p. 7) “se a natureza não dotou a região de abundância em água e terra fértil, a sociedade que aí se desenvolveu é constituída de pessoas [...] que têm iniciativa, que são solidárias entre si, que sabem se organizar para conquistar o que julgam

importante, que não se deixam abater pelas adversidades. Um povo com uma cultura especial que sabe construir seus próprios caminhos, que sabe o que quer.”

No Seridó, reestruturação e planejamento regional são facetas de um mesmo processo sócio-espacial que sinaliza para a demarcação de novos tempos. Neste, espera-se que a sociedade ultrapasse o estágio de fragilidade econômica em que se encontra e reencontre as trilhas do desenvolvimento, sendo este concebido em sua mais ampla dimensão. Será o planejamento regional o caminho a ser seguido? O tempo se encarregará da precisa resposta, porém antecipa-se que o grande desafio enfrentado pela sociedade, nos dias atuais, esta sendo o de não permitir que o PDSS se reduza a apenas um plano, sem conseqüências concretas para os que vivem na região. Mas, faz-se mister admitir que, apesar de ter se tornado uma referência, inclusive com divulgação em outros países, regionalmente o PDSS ainda não conseguiu adquirir, através de suas ações, a visibilidade esperada.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jefferson Fernandes. **O cult(iv)o das pedras pesadas**: um estudo do modelo extrativo-industrial da scheelita em Currais Novos. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997.

ARAÚJO, Douglas. **A morte do sertão antigo no Seridó** : o desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia (1970-90). 2003. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Seridó: uma região viável. **Revista Caicó em foco**, Caicó, ano I, n. 1, p. 6-7, jul. 2000.

BEZZI, Meri Lourdes. Região como foco de identidade cultural. **Geografia**, Rio Claro, v. 27, p. 5-19, abr. 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. **Desertificação**: II Conferência das partes da Convenção das Nações Unidas. Brasília: Prática, [199-].

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: a era da informação - economia, sociedade e cultura. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Economia e urbanização**: o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **RS**: latifúndio e identidade regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

FIERN; SENAI. **Perfil industrial da cerâmica vermelha no Rio Grande do Norte**. Natal: [s.n.], out. 2001.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In.: ROSENDAHL, Zeny. CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro : EDUERJ, 1999. p. 169-190.

IBGE. **Censo demográfico do Rio Grande do Norte**: VIII recenseamento geral - 1970. Rio de Janeiro, v. I, t. VIII, [197-].

_____. **Censo agropecuário Rio Grande do Norte** : censo econômico de 1975. Rio de Janeiro, v. 1, t. 8, 1979.

_____. **Censo industrial Rio Grande do Norte**: censos econômicos de 1975. Rio de Janeiro, v.2, t. 8, série regional, 1979.

_____. **Censo comercial do Rio Grande do Norte**: censos econômicos de 1975. Rio de Janeiro, v. 3, t. 8, p. 6-63, 1980.

_____. **IX Recenseamento geral do Brasil – 1980**: censo demográfico: dados distritais - Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, v. 1, t. 3, n. 8, 1982.

_____. **Sinopse preliminar do censo demográfico – 1991**. Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, v. 6, t. 1, n. 10, 1991.

_____. **Censo demográfico – 2000** : características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Resolução n. 5 de 10 de outubro de 2002. Área territorial oficial. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/resolucao.shtm?c=5> > Acesso em 27 nov 2004.

KLIKSBERG, Bernardo. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 69, dec. 1999. Disponível em: < www.eclac.cl > Acesso em: 7 mar 2003.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Desvendando a cidade** : Caicó em sua dinâmica espacial. Brasília : Senado Federal, 1999.

_____. **Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

PINSKY, Jaime. Ao patrimônio cultural, o devido valor. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, [2003?]. Espaço Aberto.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Planejamento e Finanças. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Seridó. **Plano de desenvolvimento sustentável do Seridó**: Diagnóstico. v. 1. Caicó: [s.n.], 2000.

_____. Secretaria de Planejamento e Finanças. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Seridó. **Plano de desenvolvimento sustentável do Seridó**: Estratégia, programas e projetos e sistemas de gestão. v. 2. Caicó: [s.n.], 2000.

_____. Secretaria de Tributação. **Relação de contribuintes dos municípios do Seridó**: Frequência por atividades e situação, 2003.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1989.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

TOMASSINI, Luciano. Cultura y desarrollo. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. extraordinário, oct. 1998. Disponível em: < www.eclac.cl > Acesso em: 7 mar 2003.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003.